

PETIÇÃO 13.553 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S)	: LUIZ LINDBERGH FARIAS FILHO
REQTE.(S)	: PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
ADV.(A/S)	: ANGELO LONGO FERRARO E OUTRO(A/S)
REQDO.(A/S)	: EDUARDO NANTES BOLSONARO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

Tratam-se de notícias-crime encaminhadas aos autos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelos Deputados Federais LINDBERGH FARIAS e ROGÉRIO CORREIA em face do Deputado Federal EDUARDO BOLSONARO, aos argumentos, em síntese, que o noticiado (a) “*não obstante a normalidade e regularidade das investigações que apuram as tentativas de deposição do Estado Democrático de Direito, EDUARDO BOLSONARO, em total dissintonia com a realidade, atentando contra os interesses nacionais, patrocina, em Estado estrangeiro, retaliações contra o País e também contra um dos integrantes do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL*”; (b) EDUARDO BOLSONARO, desde a posse do Presidente norte americano Donald J. Trump, em 20/1/2025, já esteve nos Estados Unidos da América em três ocasiões, com o objetivo de articular com deputados daquele país, a propositura de um projeto de lei para atacar e constranger o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; e (c) “*o Noticiado também promove, conforme publicação da imprensa, sanções ao Brasil juntamente com parlamentares dos Estados Unidos. Segundo a matéria, o deputado brasileiro tem mantido uma relação constante com o colega trumpista (Richard McCormick, do Partido Republicano da Geórgia), para articular ataques ao Brasil*”.

As notícias-crime apontam a possível prática, pelo Deputado Federal EDUARDO BOLSONARO, dos crimes de obstrução de investigação de organização criminosa (art. 2º, § 1º, da Lei 12.850/13), coação no curso do processo (art. 344 do Código Penal) e atentado à soberania (art. 359-I do Código Penal).

Os noticiantes requereram a imposição das medidas cautelares de proibição de se ausentar do país e entrega de passaporte, em face de

PET 13553 / DF

EDUARDO BOLSONARO (art. 320 do Código de Processo Penal), bem como requereram “*o conhecimento da presente Notícia de Crime, sendo encartados os seus elementos no presente Inquérito 4879/DF, com a imediata avaliação sobre a adoção das medidas cautelares acima mencionadas*”, “*essenciais a interrupção da prática delitiva e à instrução criminal, com o posterior encaminhamento do feito à Procuradoria-Geral da República*” (eDoc. 1, fls. 5-12 e fls. 19-35).

Em 28/2/2025, determinei a autuação das notícias-crime e a remessa à Procuradoria-Geral da República para manifestação (eDoc. 1, fls. 2-3).

Com vista dos autos, a Procuradoria-Geral da República se manifestou pelo “*indeferimento dos pleitos e pelo arquivamento da petição em referência*” (eDoc. 10).

É o relatório. DECIDO.

O princípio do monopólio constitucional da titularidade da ação penal pública no sistema jurídico brasileiro somente permite a deflagração do processo criminal por denúncia do Ministério Público (Pet. 4281/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJE de 17-8-2009), tendo esta CORTE decidido pela incompatibilidade do novo modelo acusatório consagrado pelo artigo 129, inciso I, do texto constitucional com todos os procedimentos que afastavam a titularidade privativa da ação penal pública do *Parquet*, previstos antes da promulgação da Constituição brasileira de 5 de outubro de 1988 (RTJ, 149/825, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE; HC 67.931/RS, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Diário da Justiça, Seção I, 31 ago. 1990).

Ressalte-se, ainda, que em nosso sistema acusatório consagrado constitucionalmente, a titularidade privativa da ação penal ao Ministério Público (CF, art. 129, I), a quem compete decidir pelo oferecimento de denúncia ou solicitação de arquivamento do inquérito ou peças de informação, não afasta o dever do Poder Judiciário de exercer sua “*atividade de supervisão judicial*” (STF, Pet. 3.825/MT, Rel. Min. GILMAR MENDES), evitando ou fazendo cessar toda e qualquer ilegal coação por parte do Estado-acusador (HC 160.124, Rel. Min. CELSO DE MELLO,

Segunda Turma, d. 22/11/2011).

Na presente hipótese, a Procuradoria-Geral da República, ao se manifestar pela negativa de seguimento desta petição, assim destacou (eDoc. 10):

“Os relatos dos noticiantes não contêm elementos informativos mínimos, que indiquem suficientemente a realidade de ilícito penal, justificadora da deflagração da pretendida investigação.

As apontadas relações mantidas entre o parlamentar requerido e autoridades estrangeiras são insuficientes para configurar a prática das condutas penais previstas nos arts. 2º, §1º, da Lei n. 12.850/2013 (obstrução de investigação de organização criminosa), 344 do CP (coação no curso do processo) e 359-I do CP (atentado à soberania), uma vez que se inserem no âmbito do exercício da atividade parlamentar e estão desacompanhadas de ações concretas que possam indicar a intenção delituosa do noticiado. Conclusão similar deve ser feita em relação às noticiadas sanções impostas ao Brasil, matérias estranhas à competência do Poder Judiciário e reservadas ao governo brasileiro e ao campo diplomático.

As condutas narradas, portanto, não encontram tipificação legal, especialmente no tipo previsto no art. 359-I do Código Penal, que pressupõe, para a sua consumação, a negociação com governo ou grupo estrangeiro, ou seus agentes, com o fim de provocar atos típicos de guerra contra o País ou invadi-lo, circunstâncias ausentes no caso dos autos.

Inexistindo elementos concretos sobre a existência de negociação objetivando a concretização da finalidade ilícita prevista no tipo legal, há que se prestigiar a observância do princípio da legalidade em seu sentido estrito, o qual, enquanto norteador da norma penal incriminadora, expressa a impossibilidade de tipificar condutas como crimes sem o respaldo em lei definidora prévia, determinando que os tipos penais somente podem ser criados por lei em sentido estrito, circunstância que autoriza o reconhecimento da atipicidade das

condutas noticiadas nos autos.

Nesse contexto, ausentes evidências de ilegalidades atribuíveis ao parlamentar representado, não há justa causa para autorizar a abertura de investigação. Não se nota matéria delitiva nos atos narrados pelos noticiantes.

A manifestação é pelo indeferimento dos pleitos e pelo arquivamento da petição em referência”.

Assim, tendo o Ministério Públíco requerido o arquivamento no prazo legal, não cabe ação penal privada subsidiária, ou a título originário (CPP, art. 29; CF, art. 5º, LIX), sendo essa manifestação irretratável, salvo no surgimento de novas provas (HC 84.253/RO, Segunda Turma, Rel. Min. CELSO DE MELLO; Inquérito 2028/BA, Pleno, Rel. Min. ELLEN GRACIE Redator p/ acórdão Min. JOAQUIM BARBOSA, 28.4.2004, HC 68.540-DF, Primeira Turma, Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI, DJU, 28 jun. 1991).

Diante do exposto, acolho a manifestação da Procuradoria-Geral da República e INDEFIRO OS PEDIDOS DE IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES e DEFIRO O ARQUIVAMENTO DESTA INVESTIGAÇÃO, nos termos do art. 3º, I, da Lei 8.038/1990, c/c os arts. 21, XV, e 231, § 4º, do RISTF, ressalvada a hipótese do art. 18 do Código de Processo Penal.

Ciência à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2025.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

Documento assinado digitalmente